

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA - Serra Dona Francisca, realizada em 27/06/2023.

No vigésimo sexto, do mês de junho, do ano dois mil e vinte e três, às dezoito horas e dez minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - mandato de 01/01/2022 à 31/12/2023, conforme [Decreto nº 45.022, de 20 de dezembro de 2021](#), e suas alterações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Gestor da APA; Manoel Luiz Vicente, representante da APROÁGUA; Roger Gonçalves, da SAMA; Luiz Carlos Moreira da Maia, da SDE.UDR; Marcos Alexandre Polzin, da SEPUR; Tarciso Jannig, representante da ATERJ; Jacson Gil Carneiro, representante ACEF; José Mário Gomes Ribeiro, representante do CHBB; Dione Nery Cavalcanti Benevenuti, representante da EPAGRI; Anselmo Benvindo Cadorim, representante da AEA Babitonga; Diego Soares, representante da SECULT; Flávia Luiza Colla, representante da SAMA.UGA; Jonas Pykocz, representante da SEINFRA - Subprefeitura Distrital de Pirabeiraba; Ademir Sgrott, representante da AJM; Gertrudes Kandezek, da ACR; Marieli Ciola Kapfenberger, representante da SAS; Gabriel Klein Wolfart, representante da SINDPEDRAS; Marli Fleith Sacavem, da AMEM, e, Daniel Resende Corrêa, representante do IMA. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Rodrigo Souza, da Extrativa;

Murylu Dias, da RASC; Elay de Oliveira, da SAP; Vera Cristina Furlani, da SAP; Rafael Ribeiro, da SAP; Marcos Aurélio Diehl, da PMA; Alinor Artmann, da AMEM; Bruno Pontes, da Walm; Nivaldo Sacavem, da AMEM; Cláudia Rocha, da CAJ; Flávia Wamling, da SAMA; Karina Fischer, do Britador Hübener; Alinor Artmann, da AMEM, e, Daniel Minegatti, da Gayatri. A reunião teve as seguintes Pautas: **1.** Aprovação da ATA da Reunião de 16/05/2023; **2.** Apresentação: PMM Plano Municipal de Mineração; **3.** Apresentações: Tecnologia RASC – Saneamento Rural; **4.** Sugestões de Pauta e Palavra Livre; **4.1** Índices de Qualidade de Água (IQA), CAJ; **4.2** Desassoreamento Rios da APA; **4.3** Revisão, Plano de Manejo da APA. **Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 16/05/2023:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cumprimentou e deu boas-vindas a todos, questionando se os Conselheiros receberam a Ata da Reunião Ordinária, e se teriam alguma consideração a fazer, ao que, não havendo nenhuma manifestação colocou em Votação a Ata do dia 16/05/2023, tendo sido Aprovada por maioria de votos dos Conselheiros, registrada uma abstenção. **Pauta 2) Apresentação: PMM Plano Municipal de Mineração:** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco em continuidade ao segundo item da pauta, concede a palavra ao Engº Rafael Ribeiro, da SAP - Secretaria de Administração e Planejamento da Prefeitura de Joinville, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia uma breve apresentação sobre a SAP, informando que se trata de um órgão de Administração Direta do Município, com a função de criar planejamentos estratégicos e obter recursos para atender as necessidades das demais Secretarias. Encerrada a fala, o representante da empresa Walm que está à frente da elaboração do Plano de Mineração, Sr. Bruno Pontes, iniciou a apresentação dizendo que um dos principais objetivos do Plano é a criação de um Zoneamento Mineral, obtendo-se uma maior compreensão sobre o território da APA, descobrindo assim as localidades com maior potencial de mineração. Bruno informa que o Plano tem o objetivo de disciplinar a mineração para que se atendam os anseios do município, tanto sociais como ambientais e econômicos, desenvolvendo a mineração de forma sustentável. Para a compreensão do território seria necessário primeiramente a realização de um diagnóstico municipal, com o objetivo de adquirir informações geológicas e do meio vegetal, além de um diagnóstico de mineração, identificando assim o que se produz atualmente, quais as reservas de mineração atuais e o quanto se produz dentro dessas áreas. Através dessas informações de território e mineração, bem como dados sobre quanto tempo essas reservas comportam o desenvolvimento do município de Joinville, que continua em expansão, será então possível à criação do Plano de Mineração. Bruno ressaltou também que o Plano não envolve nenhum projeto de mineração, mas sim a base para que sejam estabelecidos esses projetos, estabelecendo um direcionamento para o setor de mineração dentro do território do município de forma eficiente. É de suma importância coletar dados da hidrografia, uma vez que parte da mineração do município ocorre próxima a leitos de rios, como a extração de areia por exemplo. Estão sendo utilizados dados anteriormente coletados para complemento, conjuntamente aos dados adquiridos nos diagnósticos para questões mais complexas, como dados sobre a vegetação e composição do solo. A Prefeitura disponibilizou um mapa em uma plataforma de geoprocessamento que está sendo constantemente atualizada com os dados coletados para que possa ser observado o andamento do projeto. A base primária de uso e ocupação do solo utilizada foi a combinação de dados interpretados de uma imagem de satélite e uma aferição em campo realizada durante uma semana e meia. A Conselheira Flávia Colla, da SAMA questiona se o Plano de Mineração está sendo elaborado levando em consideração o Plano Municipal de Mata Atlântica, ao que foi respondido que todo o planejamento está sendo estruturando levando em conta todas as restrições ambientais relacionadas ao Plano Municipal de Mata Atlântica, aos Planos de Manejo das Unidades de Conservação e afins, buscando locais com grade potencial em áreas com poucas restrições socioambientais e mais aptas para o setor de mineração. Bruno expõe que outra etapa necessária seria a criação de um Diagnóstico de Mineração do Município, com o intuito de compreender os dados de oferta e de demanda de recursos, para o fim de analisar a quantidade de reservas de recursos e, com esses dados, criar um Plano que atenda as necessidades do município. Após a análise integrada desses dados haverá o estabelecimento das macrozonas, que indicarão as áreas preferenciais para a mineração, as áreas em que será exigido maior controle para poder ser realizada ou até, áreas em que não deve haver mineração, além de estabelecer o regramento dentro dessas zonas. Bruno Pontes, da Empresa Walm encerra a apresentação, permanecendo à disposição do Conselho. Com a palavra aberta para manifestações e demais questionamentos, o Sr. Rodrigo Souza, da Extrativa indaga sobre o que ocorreria caso alguma empresa de mineração já possua títulos minerários outorgados pelo MME (Ministério de Minas e Energias) em áreas que, futuramente sejam zoneadas como não podendo ser mineradas, e se o município poderia efetuar essas restrições, uma vez que os recursos naturais são de competência da União, ao que Bruno responde que esse seria um assunto que precisaria ser mais discutido, observando as especificações das áreas, mas que o mais provável seria que não haveria como retroceder essas concessões. A Conselheira Marli Sacavem, da AMEM levanta questão sobre a forma em que o

zoneamento será estabelecido dentro da APA, uma vez que a unidade abrange cerca de 35% do território do município e provavelmente possui algumas das maiores reservas minerais do território, considerando também os investimentos da prefeitura em incentivar o Turismo Rural, que poderia ser descaracterizado com a interferência nas paisagens e na vegetação relacionadas a prática da mineração, ao que Bruno responde que os zoneamentos em Unidades de Conservação irão respeitar as normas ambientais e o que foi decidido nos Planos de Manejo aprovados nessas áreas. O Conselheiro Tarciso reforçou a preocupação das empresas de turismo, membros da Associação de Turismo EcoRural de Joinville, (ATERJ), com a preservação das belezas naturais para continuar incentivando o ecoturismo, principalmente com relação à APA, uma vez que a Estrada Dona Francisca tem tido muita visibilidade, se tornando um dos cinco maiores destinos de Vilas Turísticas do País. Encerrados os questionamentos e manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco, agradece pela disponibilidade dos servidores da SAP e do Sr. Bruno, representante da empresa Walm, responsável pela elaboração do Plano e pela apresentação, passando então para a próxima pauta.

Pauta 3) Apresentações: Tecnologia RASC – Saneamento Rural: A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco concedeu a palavra ao Sr. Daniel Minegatt, Eng^o Ambiental e representante da empresa Gayatri Soluções Ambientais, para que realizasse a apresentação sobre a Tecnologia RASC, trazida como uma opção para substituição de fossas filtro. Daniel cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade, e inicia com algumas informações sobre a empresa, a qual foi fundada em 2020 e começou os testes com o protótipo da Tecnologia RASC no ano de 2021, iniciando a comercialização da versão finalizada já no ano de 2022. A tecnologia RASC foi pensada para ser mais eficiente e fácil de instalar, foi citado que uma fossa filtro bem operada trabalha com até 60% de eficiência, enquanto essa tecnologia desde o início de sua comercialização tem operado entre 75% e 85% de eficiência. Foram também feitas comparações dos preços, sendo uma fossa filtro suficiente para tratar os resíduos produzidos por até dez pessoas, vendida por aproximadamente R\$2.500,00(dois mil e quinhentos reais), sendo feita de concreto e necessitando de alguns dias para a instalação, enquanto o sistema RASC para o tratamento dos resíduos, para a mesma quantidade de pessoas, sai em torno de R\$3.500,00(três mil e quinhentos reais), porém possui não só maior eficiência como também uma facilidade maior para a instalação, com encaixe simples dos componentes. A marca já foi registrada, embora a tecnologia ainda esteja em processo de patente. Daniel informa sobre sua parceria com a Univille para montar um protótipo do sistema no Campus com o objetivo de monitorar a eficiência do sistema, medindo a operação do sistema de esgoto da Universidade pelo período de 1(um) ano e meio. Outro teste foi realizado em uma residência de dois andares, no qual todos os resíduos produzidos foram tratados pelo sistema, tendo sido monitorado durante 6(seis) meses, nos quais foram observadas diminuição da toxicidade pelo tratamento no sistema. Os resíduos tratados foram utilizados como fertilizante para a germinação de rúcula, concluindo-se que o material não é fito tóxico, ou seja, não é prejudicial às plantas. Em outro teste com dois canteiros de hortaliças, sendo um fertilizado com uma mistura dos resíduos tratados e o outro não, foi observado que o canteiro fertilizado apresentou melhor desenvolvimento das hortaliças. Após os sucessos nos testes, o produto começou a ser comercializado, já tendo instalações operando nos bairros Floresta, Itaum e Jardim Sofia. Finalizada a apresentação, Daniel agradeceu a atenção de todos e se colocou a disposição para responder dúvidas. A Conselheira Marli Sacavem, da AMEM questionou sobre a necessidade de manutenções no sistema, sendo respondido que há sim manutenção, mas não tanto quanto a fossa filtro, uma vez que a produção de lodo é muito menor. Em projetos anteriores, como a produção de lodo foi inferior à quantidade mínima para a coleta pelo caminhão limpa fossa (inferior a 5(cinco) m³) foi feita a retirada através do uso de uma bomba manual e o lodo, posteriormente, foi reaproveitado. Marli elogiou a apresentação e a ideia sustentável por trás do sistema RASC. Daniel agradeceu a contribuição e reiterou que o principal objetivo dessa apresentação específica era apresentar a tecnologia, que ainda é recente e está sendo aperfeiçoada e comprovar seus resultados à medida que for se consolidando no mercado e, no futuro, poderá ser apresentada como uma opção mais segura e viável para a APA. Encerradas as contribuições, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco agradeceu a todos e encerrou a pauta, dando prosseguimento à última pauta. **Pauta 4) Sugestão de Pauta e Palavra livre:** Teve início o **subitem 4.1)** com a palavra Cláudia Rocha, representante da CAJ, cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua apresentação com o objetivo de apresentar os dados referentes ao monitoramento da qualidade da água dos mananciais realizado pela CAJ durante o mês de Maio, além dos dados das estimativas de vasão ecológica dos rios e, de acordo com os dados os valores estão dentro do ideal registrando o Rio Cubatão vasão de 11.357,96 m³/s. O Rio Pirai apresentou uma redução significativa da vasão, o que é esperado nessa época do ano com 416,77 m³/s. Com relação ao Índice da Qualidade das Águas (IQA) a montante, Rio Cubatão ficou com 75,6 com classificação BOA, e no Rio Pirai 79,5 ficando com a classificação na categoria ÓTIMA. Com relação ao monitoramento dos agrotóxicos, são monitoradas 43(quarenta e três) substâncias e após análise

não foram detectadas a presença de agrotóxicos na água. Cláudia informa que há um projeto interno de contingência para que nesses momentos de estiagem seja feita uma interligação do sistema do Rio Cubatão para o Rio Pirai, reduzindo a pressão nesse manancial. O sistema já começou a ser instalado e pode ser utilizado parcialmente caso necessário, contudo, com as previsões meteorológicas apontando que o inverno esse ano será mais chuvoso do que os anteriores, não há previsão de que a vazão ecológica seja comprometida tal como em anos anteriores. A CAJ também conta com um sistema de gerenciamento de crises, monitorando qualquer variação e, caso alguma situação chegue a níveis críticos, iniciam-se procedimentos internos que intensificam planos de conscientização e redução de consumo, o que é muito comum no inverno, em que ocorrem períodos maiores de estiagem que afetam principalmente o Rio Pirai, enquanto o Rio Cubatão normalmente não apresenta grandes problemas de vazão ecológica. Em relação à qualidade da água nos pontos de captação, a qualidade da água do Rio Cubatão se mantém boa, enquanto a do Rio Pirai está na classificação ótima, o que se dá pela suscetibilidade do Rio Pirai a água da chuva, que carrega sedimentos sólidos para o Rio, diminuindo um pouco da qualidade da água, que aumenta em períodos de estiagem. Programa Águas para Sempre: Cláudia relatou que houveram 4(quatro) adesões; 5(cinco) manifestos de interesse; 2(dois) PAIPs concluídos; 3(três) PIPs em andamento e 10(dez) proprietários rurais sendo engajados no programa. Com relação à Gestão do Programa estão ocorrendo os processos de compras; o início da elaboração do 3º edital do Programa, e a estruturação da gestão por uma Secretaria Executiva. Cláudia finaliza informando que irá ocorrer um Evento, quando do pagamento do PSA. Foi também comentado sobre o andamento do programa “Águas para Sempre”, comunicando que quatro novas propriedades aderiram a esse programa, além de mais cinco proprietários já terem manifestado interesse em participar, dois outros proprietários já passaram da primeira etapa e mais três estão na etapa final de adesão. Esse é um programa voluntário de pagamento por serviços ambientais, que recompensa financeiramente os proprietários dentro de áreas pré-definidas que possuam interesse em manter áreas preservadas, os valores variam de acordo com a área mantida e são feitos de forma anual, com os primeiros pagamentos sendo realizados entre Agosto e Setembro de 2023. Findada a apresentação, Cláudia agradeceu a todos pela atenção e ficou a disposição para ouvir sugestões sobre o programa ou responder eventuais dúvidas e, sem demais manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco declara encerrada essa matéria, dando prosseguimento para o próximo subitem da pauta, no **subitem 4.2)** cedendo a palavra para o Sr. Rodrigo Souza, representante do Britador Hübener, que cumprimentou a todos, agradeceu pela oportunidade e apresentou dados referentes ao serviço de desassoreamento dos Rios da APA. Rodrigo informou que a remoção dos resíduos e sedimentos está sendo realizada dentro do que foi planejado sem nenhuma adversidade, mesmo tendo apenas um caminhão de coleta operando no momento, todavia, foi observado que a quantidade de material que constantemente está se acumulando nos leitos dos rios é maior do que foi previsto inicialmente, o que é natural, uma vez que há o empolamento do solo, aumentando o volume do material. Foram apresentadas imagens da coleta, além de ter sido reiterado que a qualidade da água está se mantendo satisfatória e que os resíduos alocados inicialmente estavam sendo comercializados, contudo, como a quantidade coletada é maior do que a demanda para uma possível comercialização, o excedente está sendo armazenado na própria empresa. Ao fim da breve apresentação, Rodrigo Souza agradeceu novamente aos Conselheiros pela oportunidade concedida para a realização desse trabalho e se colocou a disposição para ouvir sugestões e responder eventuais questionamentos. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questionou se não seria possível operar com mais caminhões para acelerar a coleta dos resíduos, no que foi respondido que a empresa está realizando um trabalho que tem sido feito pela Prefeitura e está custeando essa coleta e, sem conseguir comercializar esse material, acaba se tornando muito custoso realizar o trabalho, tornando inviável investir em mais máquinas. A Conselheira Marli Sacavem, da AMEM questiona como seria possível diminuir o acúmulo desses sedimentos para evitar que a situação volte ao estado em que se encontrava no início da coleta e se há uma explicação para essa enorme quantidade de material, no que Rodrigo responde que é natural essa quantidade de material pelas características da própria região. A Conselheira Karina Hübener, da Aproágua abordou as dificuldades em realizar o desassoreamento pela falta da Declaração de Conformidade Ambiental, pois há meses o pedido dessa Declaração de Conformidade se encontra pendente de retorno, e o Conselheiro Manoel, da Aproágua relata os danos que tem sofrido em sua propriedade e em toda região, em razão do rio assoreado. O Conselheiro Anselmo Cadorim, da AEA Babitonga questiona se não seria melhor investir para acelerar a extração dos resíduos enquanto ainda está em período de estiagem, levantando a preocupação de que o progresso já feito pode ser perdido. Rodrigo reitera um pedido já feito pela Empresa, durante sua apresentação, para que a SAMA pondere sobre a possibilidade de prestar algum auxílio para a Empresa de desassoreamento emitindo uma Declaração de Conformidade Ambiental que possibilite a ela que continue realizando a extração dos materiais. A Conselheira Karina Hübener, da Aproágua reitera que a maior

preocupação da Empresa é com o Meio Ambiente, e que não adiantaria colocar vários caminhões e não realizar o serviço correto, pois primeiramente se faz o enrocamento com muito cuidado e dedicação para posteriormente trazer o material para Empresa, e por esse motivo a operação atualmente utiliza um ou dois caminhões no processo. Encerradas as manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco deu por encerrada a matéria, passando para a última Pauta Livre, sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca., no **subitem 4.3)** cedendo a palavra para o Conselheiro Tarciso, da ATERJ que levantou questão sobre a renovação do contrato com a empresa que realiza o controle da população do mosquito borrachudo, pois nas últimas vezes em que se encerraram os contratos houveram períodos sem o controle, inclusive um desses períodos foi justamente no mês de Dezembro, no auge do verão. Tarciso solicitou para deixar registrado na presente ATA o pedido para que a SAMA conclua o processo de renovação desse contrato antes do início da temporada do verão, evitando que ocorra um período sem esse controle, haja em vista que, não só poderia ser um problema capaz de afetar o Turismo como também é uma questão de saúde pública, já que o borrachudo é vetor de doenças. Tarciso também registra o encaminhamento de denúncia de moradores da APA que reportaram uma empresa desmatando na região. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco solicita aos Conselheiros que repliquem a informação para que as denúncias sejam feitas diretamente para a Ouvidoria da Prefeitura, com a localização exata, para que seja possível realizar a fiscalização. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM reitera a importância da APA estar entre os cinco melhores destinos de Vilas Turísticas do País, esperando que isso incentive projetos que fomentem o Turismo não só de pessoas de fora, mas também dos próprios moradores de nossa Cidade. A Conselheira Marli Sacaven, da AMEM sugere que seja formado na SAMA uma Comissão Técnica de caráter permanente para que, assim que surgir uma demanda, já esteja formada essa Comissão que tenha o objetivo de resolver demandas mais urgentes. Marli também comentou sobre a preocupação com caminhões com cargas tóxicas que sobem e descem a serra, e pediu para que os representantes da CAJ apresentem por escrito um Documento em que constem os procedimentos que seriam feitos em caso de eventual contaminação dos rios por um acidente, e, qual o monitoramento que existe na CAJ para fechar o sistema de distribuição antes que a água chegue às residências, além de dados sobre como seria feita a recuperação dos filtros, e quanto tempo duraria esse processo, a fim de solicitar ao Governo do Estado algum tipo de auxílio para monitoramento dessas cargas. A Conselheira enfatiza a importância de o município estar preparado em casos extremos como esse. Não havendo mais contribuições ou manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Magda Cristina Villanueva Franco agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 18h50min, sendo extraída a presente Ata, assinada pela Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca
PORTARIA SAMA Nº 004/2023 SEI Nº: 0015522611

Danielle de Souza

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto

UNIDADE DE APOIO AOS CONSELHOS

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco**, **Gerente**, em 11/08/2023, às 11:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0017825617** e o código CRC **23B7C4AE**.

